GAFISA S.A.

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07

NIRE 35.300.147.952

Companhia aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de abril de 2025, às 17:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do inciso I do parágrafo 2º do artigo 5º e parágrafos 2º e 3º do artigo 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada, por meio da Plataforma “Ten Meetings”, e sendo considerada realizada na sede da **Gafisa S.A.**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1830, Conjunto. 131, Bloco 1, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900 (“Companhia” ou “Gafisa”).

2. CONVOCAÇÃO: O edital de convocação desta Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária (“AGEO”) foi publicado, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), no jornal Valor Econômico, nas edições de 29 de março, 01 e 02 de abril de 2025, às páginas A12, B8 e B10, respectivamente, e em versão digital nas mesmas datas.

3. PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO: Em atendimento ao artigo 133 da Lei das S.A., os seguintes documentos foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), do jornal Valor Econômico, e no website de Relações com Investidores da Companhia, com 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da regulamentação aplicável: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas; (iii) o relatório da BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples Limitada (“Auditor Independente”), e (iv) o parecer do Conselho Fiscal. A versão resumida das demonstrações financeiras foi também publicada no jornal Valor Econômico, na edição do dia 28 de março de 2025, nas páginas C18 e C19. Os documentos referidos neste item tiveram sua leitura dispensada por serem de conhecimento de todos.

4. PRESENÇA: Presentes acionistas representando 35,32% do capital social votante da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) e presentes acionistas

representando 35,55% do capital social votante da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), excluídas as ações em tesouraria. Presentes, ainda, para fins do disposto no parágrafo 1º do artigo 134 da Lei das S.A., (i) representantes da administração: Sra. Sheyla Castro Resende, Diretora Presidente da Companhia e Diretora Financeira, Sr. Luis Fernando Garzi Ortiz, Diretor Executivo da Área de Negócios, Sr. Carmelo Aldo Di Leta, Diretor Jurídico e de Relações com Investidores, Sr. Frederico Pereira Kessler, Diretor Executivo de Incorporação, e Sra. Tamir Larissa Contro Barbosa, Diretora Executiva de Controladoria; (ii) o Srs. John Alexander Harold Auton, Elias Matos de Brito e Luiz Otávio Nunes West, representantes do Conselho Fiscal da Companhia; e (iii) o Sr. Diego Bastos, representante da BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, empresa responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Tendo em vista não ter sido alcançado o quórum mínimo legal necessário, de 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, nos termos do art. 135 da Lei das S.A., para a deliberação das matérias relativas à alteração do Estatuto Social, a AGE não foi instalada para deliberar sobre os itens (iii) a (vii) da ordem do dia da AGE. Como consequência, nos termos da Proposta da Administração, a deliberação sobre os itens (iii) a (v) da ordem do dia da AGE, condicionados à deliberação sobre a matéria (v) da ordem do dia da AGE – que não ocorreu – também restou prejudicada.

A AGEO foi declarada regularmente instalada para a deliberação de todas as demais matérias, notadamente os itens (i), (ii) e (viii) da **AGE**, e (i), (ii) e (vi) da **AGO**, previstas no Edital de Convocação.

A Companhia publicará oportunamente o Edital de Convocação para a segunda convocação da AGE e para nova convocação das matérias objeto da ordem do dia da AGE, cuja deliberação nesta data restou prejudicada.

5. MESA: Presidente: Sr. **Alexandre Gossn Barreto**; Secretária: Sra. **Fernanda Cirne Montorfano Gibson**; e Segundo Secretário: Sr. **Victor Guita Campinho**.

6. ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 20:1, sem a redução do seu capital social; **(ii)** Criação do Plano de Outorga de Incentivo de Longo Prazo

da Companhia; e **(iii)** Autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária. Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **(iii)** Fixar o limite da remuneração global dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025.

7. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, foi informado que a lavratura da Ata da presente Assembleia seria feita em forma de sumário, como autoriza o parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei das S.A. Ainda, os acionistas autorizaram a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. Após o exame, esclarecimentos e discussão a respeito das matérias, os acionistas deliberaram o quanto segue:

7.1. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(i) Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 41.273.934 votos favoráveis, 6.557.060 rejeições e 3.700 abstenções**, o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 20:1, sem a redução do seu capital social.

As informações para a operacionalização do Grupamento, inclusive o cronograma para ajuste das posições acionárias, serão oportunamente divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas.

(ii) Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 41.679.429 votos favoráveis, 5.681.331 rejeições e 473.934 abstenções**, a Criação do Plano de Outorga de Incentivo de Longo Prazo da Companhia (**Anexo I**).

(iii) Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 41.516.747 votos favoráveis, 6.164.747 rejeições e 153.200 abstenções**, a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária.

7.2. Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(i) Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 42.688.545 votos favoráveis, 3.812.904 rejeições e 1.023.875 abstenções**, incluindo daqueles legalmente impedidos, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pelo Auditor Independente, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Registra-se que, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras, a Companhia experimentou prejuízo de R\$ 40.577.000,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que será integralmente alocado à conta de prejuízos acumulados.

(iii) Foi apresentado pedido de instalação do Conselho Fiscal pelo acionista Ravello Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ravello"), detentor de mais de 2% do total das ações ordinárias emitidas pela Gafisa S.A., atendido, portanto, o quórum mínimo exigido pela Resolução CVM nº 70/22. Diante da instalação do Conselho Fiscal, foi proposta a sua composição por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos em votação no formato de chapa, o que foi aprovado por maioria dos votos válidos, **sendo 41.230.092 votos favoráveis, 2.700.001 rejeições e nenhuma abstenção**.

(iv) Os acionistas elegeram, com **41.230.092 votos favoráveis**, a chapa única, apresentada pelo acionista Ravello, composta pelos seguintes membros:

- a) **Sr. Elias de Matos Brito**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 074.806/0-3, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro e inscrito no CPF/MF sob o nº 818.669.777-72, com endereço na Rua Uruguaiana, nº 39 – 18º andar, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e o **Sr. José Roberto Santos Borges**, brasileiro economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.892.025-00 e no RG sob o nº 0096.422.030-8, como membro suplente.
- b) **Sr. Luiz Otávio Nunes West**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 10.926-D-8, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do estado da Bahia e inscrito no CPF/MF sob o nº 146.745.485-00, com endereço na Avenida Assis Chateaubriand, nº 251, Barra da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e o **Sr. José Romildo Borges Ferreira**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP

sob o nº 47.119 e no CPF/MF sob o nº 044.149.857-49, com endereço na Rua Comendador Francisco Petinatti, n 215, Morumbi, na cidade e estado de São Paulo, como membro suplente.

- c) **Sr. John Alexander Harold Auton**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 078183/O, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro e inscrito no CPF sob o nº 888.738.037-68, com endereço na Avenida Alexandre Ferreira, 353, Apto. 301 – Lagoa – Rio de Janeiro/RJ – CEP 22470-220, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e o **Sr. Sérgio Tuffy Sayeg**, brasileiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.221.858-20 e no RG sob o nº 4.965.895-5, com endereço na Rua Jacques Félix, 685, Vila Nova Conceição, na cidade e estado São Paulo, como membro suplente.

A posse dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos fica condicionada (i) à renovação da declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável; e (ii) à assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia. Nos termos do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os membros ora eleitos cumprirão mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(v) Foi aprovada, por maioria dos votos **sendo 41.230.092 votos favoráveis, 2.700.001 rejeições e nenhuma abstenção**, a fixação da remuneração anual individual dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos no montante de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, excluindo benefícios, verbas de representação e participação dos lucros atribuídos aos Diretores na forma prevista no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades Anônimas.

(vi) Aprovar, por maioria dos votos válidos, **sendo 42.313.259 votos favoráveis, 4.793.192 rejeições e 418.873 abstenções**, a fixação do limite da remuneração global dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutária da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, em até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pela Mesa quando do encerramento desta Assembleia. São

considerados signatários da ata, nos termos do parágrafo 1º do artigo 47 da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, os acionistas cujos boletins de voto a distância foram considerados válidos pela Companhia. Mesa: Alexandre Gossn Barreto, Presidente; Fernanda Cirne Montorfano Gibson, Secretária; Victor Guita Campinho, Segundo Secretário. Acionistas presentes: Thomas Demaret Black; Representados por Camila Pereira da Conceição de Aguiar: WOTAN CAPITAL LLP – PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Representados por Luis Fernando de Almeida: ALBALI FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO; Representados por Gabriel Taveira Gosuen: JOSÉ MARIA VIEIRA E ARAUJO, THIAGO BARCELOS DOS SANTOS FRANCA DA HORA, WESLEY ANTONIO BISPO RODRIGUES, TAIMIR LARISSA CONTRO BARBOSA, PARCOM SOCIEDADE DE PARTICIPACAO E ADMIN.LTDA, ALINE CALLEGARI GANDRA, AMANDA FIGUEIREDO FIORETTI, TATIANA LUNE NOGUEIRA DE SOUZA, LUIS FERNANDO GARZI ORTIZ, GISELLE RODRIGUES MOREIRA ROSA, ROBERTA CARLA GUERRA, FABIO RAGOZZINI HADDAD, SHEYLA CASTRO RESENDE, Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim, ELIANA OLIVEIRA DA SILVA, CAROLINA DE GODOY VAZI QUEIROZ, VAGNER AUGUSTO NUNES, CINDY FRANKLIN MORENO, EDUARDO OLIVEIRA VELLOSO FILHO, STEPHANE ALBERTO GOMEZ LOPES, AMANDA CABRAL CARIBÉ PADILHA, ANDRÉ RODRIGUES GONÇALVES, EMILENE FERREIRA DE ARAUJO, FELIPE DE ABREU GUEDES MAGALHÃES, IVO MADEIRA NORONHA, JONATAS DAVID, KESLEY SOUZA ALMEIDA, MARCIO CARVALHO PAIVA JUNIOR, MATEUS BIANCHINI DE FREITAS, SANGER SENA JUNIOR; Representados por Julia Ribeiro Feijó, Cesar Augusto Fagundes Verch: ESH THETA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA. Representados por Sofia Marini Talevi Campos: RAVELLO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA; Representados por Rafaela Cruz Lindenberg: Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, ACASAWAFFLE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR, Benjamin Tanure Brunet, GBI CAPITAL E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., João Paulo Jabour Brunet; Participantes que votaram por meio de voto à distância: EDUARDO MORENO MOTA, SILVIO APARECIDO DE CARVALHO, FUSAO NISHIYAMA, MARCELO JESUS DE MORAES, DEIVISON CARVALHO BASTOS, ROBERTA DA COSTA PEREIRA DIAS, CARLOS ROBERTO BRAGA SARTI, NILSON SANTOS DE JESUS, FERNANDO WILSON VITORIANO LIMA, MARCELO OYAMADA, RODRIGO CANDELARIA PADILHA, ANTONIO CESAR VALERIANO, LEANDRO DA SILVA TRINDADE, LOUNILTON BATISTA ARAUJO, WAGNER NOVAES CARNEIRO, IGOR RECH LUCIANO DE OLIVEIRA, ANTONIO PAULO XIMENES DE MORAES FILHO, DJONI DOS SANTOS CARDOSO, MARLUCIO TEIXEIRA BRITO, ANDRE APARECIDO DE SARRO, FELIPE GONZAGA DAUX, RAFAEL TEOTONIO

DE SOUZA CHERUBELI, LUCAS SKOWRONSKI STOLZE, FERNANDA BITTENCOURT DE FRANCA, WELLINGTON DE SOUZA VIEIRA, SILVANO DE OLIVEIRA DE MOURA, WELLINGTON BINA BOVENSCHULTE, EVERTON PERERA, KLEBER DUARTE FRANDOLOSO, VICTOR YUDY PORTELLA MATSUO, MARCOS APARECIDO CAIRES RIBEIRO, LONY WENDLAND, CLAUDIO FERREIRA DO VALLE, RODRIGO BITTAR PECANHA GUIA, JOAO COMARIM FILHO, ANGELO ALBERTO FRANKE, LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA RAMOS, DANIEL TOGNOLLI, MARCELO DA COSTA CANO, GUSTAVO DOLIVEIRA CASTANHAS, EDUARDO BASTOS, RODRIGO PAIVA CAMPOS CARVALHO, SIDNEY RIUDY NAKANISHI, ROOZEVELTH COSTA SILVA, CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA MIGUEL, SARAH MORAES TEIXEIRA BRITO, ELIANE MARIA SOUSA LINS CHAVES, VANIA CRISTINA LEME DE SOUSA, BRUNO ROSELLA BARACHO, IGOR YOUSSEF SABBAGH GUIMARAES, FLAVIO AUGUSTO RABELLO MENEZES DE ALMEIDA, DANIELE GALENO CAPISTRANO DE SOUZA, OLIVIO APARECIDO CARDOSO, EUZEBIO CAVALCANTE DA SILVA, RIVAIR CARLI, THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA, FABIO DE CARVALHO NOVAES DO NASCIMENTO, HELIO DE ANDRADE SANTOS, ADRIANO MEGER, MATEUS HENRIQUE NERY DE SANTANA, RUBENS MACHADO, ALESSANDRA FERNANDES, DIEGO BULLARA PASQUINI CONTRERA, ALEXIS KNEIP WARD, RAFAEL CASSOL, MARIA CLARA DE SOUZA, ROBERTO BALSANUFO COSTA E SILVA, WILSON MARTINS VASCONCELOS JUNIOR, LUIZA GRISOLIA CASTANHAS, ISAURA BASSO, ANDRE LUIZ BATISTA DE OLIVEIRA DAMIAO, FABIO D OLIVEIRA CASTANHAS, JOSE VALMIR MENDONCA, EMERSON MOREIRA DE ANDRADE, GERCIEL RODRIGUES DA SILVA FILHO, ALEXANDRE ALVES DA SILVA, HENRIQUE NEMETH TORRES, MARCELO OLIMPIO GOMES, ROBERTO FLORES, MAURICIO COLOMBARI, ALEXANDRE SOTERIO FERREIRA DOS SANTOS, MARCOS VENICIOS MERG, FABIO EDGAR GODINHO, FELIPE SOTERIO DOS SANTOS SILVA, RONILDO SOARES DA SILVA, EDSON CEZAR WENDLAND, ALESSANDRO SALLES, MOISES CHAGAS DOS SANTOS, ALVARO HUET BACELLAR, ANA PAULA SILVA, WANDERSON RENER GRANJEIRO, ROGERIO EDUARDO MACHADO.

Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

Alexandre Gossn Barreto

Presidente

Fernanda Cirne Montorfano

Gibson
Secretária

Victor Guita Campinho
Segundo Secretário

GAFISA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07
NIRE nº 35.300.147-952 – Código CVM nº 01610-1

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

ANEXO I

PLANO DE OUTORGA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO DA GAFISA S.A.

Este Plano de Outorga de Incentivo de Longo Prazo foi aprovado pelos acionistas da Gafisa S.A. em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 e é regido pelos seguintes termos e condições:

1 Regras de interpretação

As palavras, expressões e abreviações com as letras iniciais maiúsculas, não definidas em outras partes deste Plano terão o significado atribuído a elas no **Anexo 1.**

Da mesma forma, as disposições aqui contidas deverão ser interpretadas em linha com as regras e princípios constantes do **Anexo 1.**

2 Objeto

2.1 Propósito e Objeto

O presente Plano tem como propósito estabelecer as condições gerais para a outorga de um incentivo de longo prazo a determinados executivos e prestadores de serviços da Companhia e suas Investidas com vistas a: **(i)** estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; **(ii)** estimular a geração de valor no longo prazo por meio do alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes contemplados pelo Plano; e **(iii)** possibilitar à Companhia e suas Investidas atrair e reter o talento necessário para incentivar a produtividade sustentável da Companhia.

As outorgas realizadas no âmbito deste Plano poderão ser realizadas de forma individualizada ou aglutinadas em Programas.

2.2 Opções

O incentivo objeto deste Plano consiste na outorga de opções que permitirão que os Participantes do Plano adquiram Ações de emissão da Companhia nos termos e condições previstos neste Plano e nos respectivos Contratos de Outorga ("**Opções**").

2.2.1 Preço de Outorga. Exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração, não haverá a cobrança de um preço de outorga para as Opções concedidas aos Participantes.

2.2.2 Preço de Exercício. O Preço de Exercício será aprovado pelo Conselho de Administração por ocasião de cada outorga, sendo expressamente permitida a outorga de Opções a Preço de Exercício simbólico, incluindo R\$0,01 (um centavo) por Ação.

2.3 Participantes

2.3.1 Pessoas Elegíveis. Serão elegíveis a participar do Plano quaisquer diretores (estatutários ou não) e membros da administração com cargos *C-level* da Companhia e suas Investidas que preencham os requisitos de qualificação ("**Pessoas Elegíveis**").

2.3.2 Participantes. O Conselho de Administração terá a autonomia para selecionar as Pessoas Elegíveis para as quais será oferecida a oportunidade de participar deste Plano. As Pessoas Elegíveis que tenham decidido, voluntariamente, participar do Plano e seus respectivos Programas mediante a celebração dos respectivos Contratos de Outorga serão considerados(as) Participantes. Para evitar dúvidas, nenhuma Pessoa terá qualquer direito (ou expectativa de direito):

- (i) relativos às Opções até a efetiva celebração do respectivo Contrato de Outorga; e
- (ii) atribuídos aos acionistas da Companhia até que suas Opções sejam devidamente exercidas e as respectivas Ações, adquiridas ou subscritas, nos termos deste Plano, do Programa e respectivo Contrato de Outorga. Nenhuma Ação será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

2.4 Cessão e transferência

As opções de adquirir Ações outorgadas aos Participantes por meio deste Plano (em especial, as Opções) serão passíveis de cessão a terceiros a qualquer momento após o decurso do respectivo Período de Permanência, observadas as condições e procedimentos a serem definidos pelo Conselho de Administração no momento de aprovação das respectivas outorgas.

3 Administração do Plano

3.1 Competência

3.1.1 Autoridade do Conselho de Administração. Obedecidas as condições gerais deste Plano, o Conselho de Administração será o órgão responsável pela administração do Plano, tendo amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para tanto, incluindo:

- (i) determinar e aplicar as regras necessárias para a outorga das Opções nos termos deste Plano;
- (ii) determinar o critério e métodos para a indicação de Pessoas Elegíveis e Participantes;
- (iii) eleger os Participantes dentre as Pessoas Elegíveis;
- (iv) estabelecer os critérios e alocação das Opções a serem outorgadas a cada Participante;
- (v) estabelecer todas as condições das Opções outorgadas (incluindo a definição dos Períodos de Permanência, do *Lock-up* e eventuais restrições adicionais às Ações, tais como opções de compra e venda e/ou direitos de preferência), bem como alterar as referidas condições quando o Conselho de Administração achar conveniente e necessário;
- (vi) aprovar outorgas e/ou programas de outorgas de Opções no âmbito deste Plano, incluindo o contrato padrão para cada outorga/programa;
- (vii) autorizar a utilização de Ações mantidas em tesouraria para satisfazer a entrega das Ações subjacentes às Opções outorgadas e exercidas nos termos deste Plano, dos Programas e dos Contratos de Outorga;

- (viii) administrar, monitorar e validar o cumprimento dos Contratos de Outorga, incluindo a competência para aprovar eventuais renúncias ou concessão de tolerância a Participantes;
- (ix) supervisionar, com o apoio da administração a verificação das condições suspensivas previstas em cada outorga;
- (x) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas neste Plano e tratar dos casos omissos, podendo estabelecer, nesta hipótese, diretrizes específicas;
- (xi) analisar casos excepcionais decorrentes de ou relacionados com este Plano; e
- (xii) elaborar propostas de eventuais alterações ao Plano a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

3.1.2 Autoridade do Comitê de Remuneração. Obedecidas as condições gerais deste Plano, o Comitê de Remuneração, na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, deverá opinar e recomendar ao Conselho de Administração as condições específicas das outorgas de Opções a serem realizadas no âmbito deste Plano. A opinião e recomendação poderá ser substituída pela ratificação de propostas emanadas pelo próprio Conselho de Administração.

3.1.3 Delegação de poderes. Adicionalmente ao disposto no item anterior, o Conselho de Administração poderá delegar sua competência de administração do Plano, no todo ou em parte, a um ou mais comitês de assessoramento (existentes ou constituídos especificamente para este fim). Em qualquer dos casos, o Conselho de Administração determinará a extensão e os limites da competência de referido comitê, que poderá abranger, total ou parcialmente, as obrigações do Conselho de Administração referidas neste Plano – sem prejuízo das responsabilidades pessoais dos membros do Conselho de Administração, que decorrem da Lei.

3.1.4 Vinculação. Qualquer deliberação advinda do Conselho de Administração (diretamente ou por meio de delegação na forma descrita acima) decorrente de sua competência para administração deste Plano será vinculante para os Participantes, Companhia e suas Investidas.

- (i) Contudo, o Conselho de Administração não poderá: **(a)** aumentar o limite total das Opções passíveis de serem outorgadas no âmbito

deste Plano além do previsto na Cláusula 3.2; ou **(b)** alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações decorrentes de qualquer Contrato de Outorga em vigor sem o consentimento do Participante.

- (ii) O Conselho de Administração poderá atribuir à diretoria da Companhia a execução de medidas necessárias para operacionalização de atos a serem praticados no âmbito do Plano e seus Programas e Contratos de Outorga, tais como a assinatura dos Contratos de Outorga, OTAs – Ordem de Transferências de Ações, contabilização das concessões/outorgas nas demonstrações financeiras da Companhia. Neste caso, a diretoria deverá agir em estrita conformidade com as competências que lhe houverem sido atribuídas, sem qualquer discricionariedade.

3.2 Limitações às outorgas

No contexto da administração do Plano, a competência do Conselho de Administração deverá estar sujeita somente aos limites estabelecidos em Lei, no Estatuto Social e neste Plano.

- 3.2.1 Limitação quantitativa. No âmbito deste Plano, poderão ser concedidas ou outorgadas às Pessoas Elegíveis Opções em quantidade correspondente ao direito ao recebimento e/ou aquisição de Ações que representem, no máximo (e considerando o exercício integral de todas as Opções outorgadas no âmbito deste Plano após a expiração dos respectivos Períodos de Permanência), 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia na data de aprovação deste Plano, i.e., 134.575.629 (cento e trinta e quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e seiscentas e vinte e nove) Ações, observados os ajustes decorrentes do mecanismo anti-diluição previsto na Cláusula 4.3 abaixo, que não serão contabilizados no limite acima. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de Ações da Companhia como resultado de desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes nos Programas, Plano e/ou Contratos de Outorga, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e/ou aos

Participantes – sem necessidade de que tal avaliação ou o seu resultado sejam submetidos à aprovação da Assembleia Geral.

3.2.2 Cômputo do limite quantitativo. No cômputo do limite de outorgas do Plano:

- (i) as Opções que tenham sido efetivamente exercidas e liquidadas pela respectiva entrega das Ações ao Participante serão consideradas consumidas e, portanto, reduzirão o valor limite disponível do Plano de forma permanente;
- (ii) as Opções que tenham sido alocadas a Participantes (i.e., aqueles que tenham sido alocados a um Participante por deliberação do Conselho de Administração e/ou que estejam em aberto nos termos dos respectivos Contratos de Outorga) serão considerados comprometidas e, portanto, consumirão (de forma condicional) o limite disponível do Plano até a sua liquidação ou cancelamento; e
- (iii) as Opções que tenham sido canceladas (seja pela rescisão do respectivo Contrato de Outorga ou não verificação das condições suspensivas para a sua liquidação ou expiração do prazo sem exercício) serão consideradas liberadas e, portanto, serão retornadas ao valor do limite disponível do Plano.

3.2.3 Suspensão. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão das outorgas de Opções e do direito ao exercício das Opções sempre que verificadas situações que, nos termos da Lei, possam restringir ou vedar a negociação de Ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia pelos Participantes e/ou pela própria Companhia.

3.3 **Sem garantia de isonomia ou participação**

Nenhuma Pessoa Elegível ou Participante terá, a qualquer tempo, o direito assegurado, adquirido ou garantido de ser selecionada para participar do Plano. A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, reserva o poder de, discricionariamente, determinar a eletividade de cada Participante e as condições de cada outorga e estabelecer condições distintas, não estando obrigada a observar qualquer regra de paridade, isonomia ou analogia, ou de outra forma vinculada a estender a todas as Pessoas Elegíveis ou a todos os Participantes as condições que entenda aplicáveis apenas a determinadas Pessoas Elegíveis ou determinados Participantes, a seu exclusivo critério, ainda que dentro de um mesmo Programa.

Desta forma, o Conselho de Administração não será obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a aplicar os termos e condições oferecidas para qualquer Participante em relação a uma outra Pessoa e, assim, poderá, a seu exclusivo critério:

- (i) oferecer condições diferentes para uma nova outorga a Participante que já seja recipiente de Opções;
- (ii) dar tratamento diferenciado a Pessoas Elegíveis ou Participantes que tenham a mesma qualificação ou se encontrem em situação idêntica ou similar; e
- (iii) estabelecer tratamento especial para casos excepcionais ou alterar eventuais termos de outorgas sem que tal aprovação de exceção ou tratamento especial vincule a Companhia em eventos futuros ou de qualquer forma constitua qualquer precedente em benefício de Pessoas Elegíveis e/ou Participantes.

3.4 Aprovação de outorgas

O observado o disposto na Cláusula 3.1.2, o Comitê de Remuneração deverá apresentar proposta ao Conselho de Administração (que, por sua vez, deverá deliberar sobre tal recomendação) para a outorga de Opções pelo menos uma vez ao ano, no contexto da avaliação de performance dos talentos da Companhia e suas Investidas (observada a possibilidade de outorgas extraordinárias sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente).

3.4.1 Condições. As outorgas realizadas no âmbito do Plano deverão definir, pelo menos:

- (i) as Pessoas Elegíveis que serão apontadas como Participantes;
- (ii) o volume de Opções a serem outorgadas a cada Participante;
- (iii) termos e condições para aquisição do direito ao exercício das Opções, inclusive Período de Permanência;
- (iv) o Prazo de Exercício;
- (v) o Preço de Exercício e condições de pagamento;
- (vi) o *Lock-up* (se houver);
- (vii) o tratamento das Opções em caso de Desligamento do Participante;

- (viii) estabelecimento de metas de desempenho/performance, dentre outros; e
  - (ix) os demais termos e condições da outorga e qualquer outra condição adicional que seja julgada necessária ou conveniente.
- 3.4.2 Programas. As outorgas poderão ser realizadas de forma individual ou aglutinadas em programas aprovados pelo Conselho de Administração de tempos em tempos.
- 3.4.3 Simultaneidade. As Pessoas Elegíveis poderão participar de um ou mais Programas simultaneamente, a critério do que for definido em cada Programa.

4 **Condições de outorga**

4.1 **Contrato de Outorga**

A outorga das Opções ao Participante será formalizada mediante a assinatura de um contrato de outorga junto ao Participante, no formato e sob os termos definidos pelo Conselho de Administração ("**Contrato de Outorga**").

4.2 **Condições Suspensivas**

O Conselho de Administração estará autorizado a condicionar o exercício das Opções e/ou a efetiva entrega de Ações objeto das Opções à verificação de determinadas condições suspensivas a serem definidas no momento da aprovação da outorga, incluindo a permanência do Participante em suas funções na Companhia e suas Investidas por um período mínimo ("**Período de Permanência**" – *vesting*).

4.3 **Proteção anti-diluição**

Exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração, as Opções serão outorgadas com um mecanismo de proteção contra diluição por meio do qual a quantidade de Opções outorgadas a cada Participante será ajustada caso seja aprovada a emissão de novas ações de emissão da Companhia durante os 6 (seis) meses subsequentes à outorga, mediante aumento de capital por subscrição pública ou privada, de modo a conferir aos Participantes preservar o percentual que as Opções fariam jus no momento da outorga.

4.4 **Tributos**

Os Programas e/ou Contratos de Outorga poderão ainda estabelecer mecanismo de redução do número de Opções exercíveis e/ou de Ações a serem transferidas aos Participantes quando do exercício das Opções em montante equivalente a eventuais Tributos sujeitos à retenção na fonte, nos termos da Lei aplicável. Tal redução não será afetada por eventuais *Lock-Ups* previstos nos respectivos contratos de outorga.

4.5 Observância

Os Contratos de Outorga deverão prever a obrigação dos Participantes de observar a Lei aplicável e demais políticas da Companhia para a negociação das Ações.

5 Vigência

5.1 Início da vigência

Este Plano entrou em vigor na data da sua aprovação pela Assembleia Geral.

5.2 Término da vigência

O Plano permanecerá vigente por tempo indeterminado, podendo ser extinto: **(i)** a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral; ou **(b)** automaticamente, por ocasião do exaurimento do limite estabelecido na Cláusula 3.2.1 acima.

O término de vigência do Plano não afetará os direitos plenamente adquiridos pelos Participantes em relação às Opções que estejam em aberto nos termos dos seus respectivos Contratos de Outorga.

6 Disposições Gerais

6.1 Conflito

Caso ocorra qualquer conflito entre as disposições deste Plano com os termos de um Contrato de Outorga que não seja endereçado expressamente no ato de outorga, os termos deste Plano deverão prevalecer.

Neste caso, a Companhia e os Participantes afetados deverão, o quanto antes, mas dentro de 60 (sessenta) dias contados a partir da identificação do conflito, celebrar os respectivos aditamentos para alterar os Contratos de Outorga afetados no sentido de eliminar tal conflito.

6.2 Reorganização Societária

A outorga de Opções nos termos deste Plano não impedirá a Companhia de realizar operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações.

Nestes casos, caberá ao Conselho de Administração avaliar se será necessário propor à Assembleia Geral deliberar sobre ajustes no Plano, ou realizar, no âmbito das suas atribuições de administração do Plano, os devidos ajustes nos Programas e/ou Contratos de Outorga, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as Partes na medida do possível.

6.3 Interpretação restritiva; inexistência de direitos implícitos

Este Plano, o Programa e os Contratos de Outorga deverão ser interpretados restritivamente, e **(i)** não criam outros direitos além daqueles expressamente previstos em seus próprios termos; **(ii)** não conferem estabilidade nem garantia de emprego ou de permanência na condição de administrador ou empregado que seja Participante; **(iii)** não prejudicam o direito da Companhia de, a qualquer tempo e conforme o caso, rescindir o contrato de trabalho ou de encerrar o mandato ou o relacionamento com o Participante; e **(iv)** não asseguram o direito de reeleição ou recondução a funções na Companhia por um Participante.

6.4 Alterações legislativas

Qualquer alteração legal significativa no tocante à Lei aplicável às sociedades anônimas, às companhias abertas, na Lei trabalhista e/ou fiscal, poderá levar à revisão integral deste Plano, de forma a garantir o cumprimento das Leis.

6.5 Omissões ou dúvidas de interpretação

Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, que poderá incluir determinadas matérias na ordem do dia da Assembleia Geral, quando entender conveniente ou necessário.

6.6 Tolerância

Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por Lei, pelo Plano, pelos Programas ou pelos Contratos, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, que não impedirão que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos

ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em Lei.

6.7 Lei aplicável

Este Plano será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil.

* * *

PLANO DE OUTORGA DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO DA GAFISA S.A.

Anexo 1 | Regras de Interpretação

Definições

As palavras, expressões e abreviações com as letras iniciais maiúsculas, não definidas em outras partes deste Plano, no singular ou no plural e/ou em suas demais variações gramaticais, terão o significado atribuído a elas nesta Cláusula 0, exceto se expressamente indicado de outra forma ou se o contexto for incompatível com qualquer significado aqui indicado:

“**Ações**” significa ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia.

“**Afiliada**” significa, em conjunto ou isoladamente, com relação:

- a uma Pessoa natural, seus ascendentes e descendentes em linha reta e em qualquer grau, naturais ou civis (adotivos), bem como qualquer sociedade administrada por ou em que, pelo menos, 20% (vinte por cento) de seu capital social seja detido direta ou indiretamente pelas pessoas acima indicadas neste item; e
- a uma Pessoa jurídica ou entidade sem personificação, qualquer Pessoa que, direta ou indiretamente, Controle, seja Controlada por, ou esteja sob Controle comum com tal Pessoa ficando, em qualquer caso excluídas expressamente da definição de Afiliada as situações de controle compartilhado.

“**Assembleia Geral**” significa toda e qualquer assembleia geral de acionistas da Companhia.

“**Autoridade Governamental**” significa o governo da República Federativa do Brasil ou qualquer de suas subdivisões políticas, quer em nível federal, estadual ou municipal, ou qualquer agência, departamento ou órgão de tal governo ou de sua subdivisão política, incluindo entidades da administração pública direta e indireta.

“**CNPJ**” significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

“**Companhia**” significa a Gafisa S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 01.545.826/0001-07.

“**Conselho de Administração**” significa o Conselho de Administração da Companhia.

“**Contrato de Outorga**” tem o significado atribuído na Cláusula 4.1.

“**Controle**” (incluindo os termos com significado correlato, tais como “**Controladora**”, “**Controlada por**” e “**sob Controle comum**”) tem o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, por acordo ou em decorrência da titularidade de direitos de sócio. Com relação a fundos de investimento ou *limited partnerships*, “**Controle**” significará o poder discricionário (não sendo tal poder descaracterizado pela existência de Comitê de Investimentos ou outros órgãos de governança) dado ao respectivo gestor ou *general partner* de tomar as decisões de investimento no âmbito do fundo de investimento ou da *limited partnership* em questão e/ou a titularidade da maioria do patrimônio líquido ou capital votante, conforme o caso.

“**Dia Útil**” significa qualquer dia, que não seja: **(i)** sábado ou domingo, ou **(ii)** dias em que os bancos comerciais sejam obrigados ou estejam autorizados, por Lei, a permanecerem fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

“**Desligamento**” significa o encerramento da relação de um Participante com a Companhia, seja qualidade de administrador, empregado ou prestador de serviço. Para evitar dúvidas, a substituição ou troca de um tipo de relação jurídica por outra não será considerada um Desligamento na medida em que o Participante continue trabalhando para a Companhia sob o novo formato de contratação.

“**Estatuto Social**” significa o Estatuto Social da Companhia.

“**Investidas**” significa qualquer Pessoa na qual a Companhia detenha participação societária direta ou indireta, excetuados investimentos passivos em valores mobiliários negociados em bolsa de valores.

“**Lei**” significa qualquer lei, estatuto, regulamento, regra, ofício, determinação, decisão, sentença, despacho (ainda que liminares ou

interlocutórias) ou exigência editada, promulgada, celebrada ou imposta por qualquer Autoridade Governamental.

“**Lei das Sociedades por Ações**” significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“**Lock-up**” significa o período durante o qual as Ações recebidas pelo Participante não poderão ser negociadas, observadas as restrições e condições a serem estabelecidas nos Programas e/ou nos Contratos de Outorga.

“**Opções**” tem o significado atribuído na Cláusula 2.2.

“**Participante**” significa uma Pessoa Elegível eleita pelo Conselho de Administração de acordo com os termos e condições aqui previstos que aceitem participar do Plano mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga.

“**Período de Permanência**” tem o significado atribuído na Cláusula 4.2.

“**Pessoa**” significa qualquer pessoa física, jurídica ou entidade não personificada, incluindo, mas sem limitação, sociedades de qualquer tipo, de fato ou de direito, consórcio, parceria, associação, *joint venture*, fundos de investimento e universalidade de direitos.

“**Pessoas Elegíveis**” tem o significado atribuído na Cláusula 2.3.1.

“**Plano**” significa este Plano de Outorga de Incentivo de Longo Prazo da Gafisa S.A., conforme alterado de tempos em tempos.

“**Prazo de Exercício**” significa o prazo durante o qual as Opções poderão ser exercidas pelos Participantes.

“**Preço de Exercício**” significa o preço a ser pago pelo Participante à Companhia em contrapartida às Ações que este adquirir em decorrência do exercício de suas Opções.

“**Programa**” significa cada programa que poderá ser criado pelo Conselho de Administração para o estabelecimento de condições específicas a um grupo de Opções outorgadas no âmbito deste Plano.

“**Terceiro**” significa qualquer Pessoa que não se inclua dentre a Companhia, Participantes e suas respectivas Controladoras, Controladas, Afiliadas e Investidas.

“**Tributo**” significa quaisquer tributos, taxas, contribuições, encargos, tarifas, preços públicos ou lançamentos fiscais acessórios (incluindo juros, multas, penalidades, correção monetária e acréscimos impostos com respeito a esses) impostos por ou a serem pagos a qualquer Autoridade Governamental, incluindo, mas sem limitação, impostos sobre a renda, retidos na fonte, sobre circulação, *ad valorem*, sobre valor agregado, de previdência social, sobre contribuições sociais, folha de pagamento, operações financeiras, bens móveis ou imóveis, licença de transferência, vendas, uso, relacionados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, prestação de serviços e outros tributos de qualquer tipo ou natureza, no Brasil ou no exterior.

Anexos

Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados por referência e fazem parte integrante deste Plano.

Referências

- (i) exceto se previsto de outra forma, todas as referências neste Plano a Cláusulas é referência às Cláusulas do presente Plano, conforme aplicável;
- (ii) as palavras “neste”, “deste”, “abaixo” e palavras equivalentes referem-se a este Plano como um todo, a menos que o contexto indique claramente o contrário;
- (iii) quando usados neste Plano e exceto se expressamente previsto de outra forma, os termos “inclusive” “inclui”, “incluindo” e expressões análogas, serão interpretados como se estivessem acompanhados da frase “sem limitação”;
- (iv) referências a uma Pessoa também são referências a seus herdeiros, sucessores e cessionários permitidos; e
- (v) qualquer acordo, documento ou Lei definida ou referida neste Plano ou em qualquer documento mencionado neste Plano significa tal acordo,

documento ou Lei, conforme aditado, modificado ou complementado de tempos em tempos, incluindo (no caso de acordos ou documentos) em decorrência de renúncia ou consentimento e (no caso de legislação) por legislações posteriores relativas à mesma matéria.

Prazos

Todos os prazos previstos neste Plano serão contados em dias corridos, exceto quando expressamente indicado que serão contados em Dias Úteis. A contagem dos prazos dar-se-á na forma prevista no artigo 132 do Código Civil desprezando-se o dia do começo e incluindo o dia do vencimento. Quando um prazo se expirar em um dia que não seja um Dia Útil, o prazo será considerado prorrogado até o Dia Útil subsequente.

Interpretação de certos termos

Sempre que o termo "melhores esforços" ou "esforços comercialmente razoáveis" for usado, tais esforços não incluirão qualquer obrigação de incorrer em despesas ou responsabilidades substanciais ou extraordinárias;

palavras aqui utilizadas, independentemente do número e gênero usado especificamente, serão consideradas e interpretadas de forma a incluir qualquer outro número, singular ou plural, e qualquer outro gênero, masculino, feminino ou neutro, conforme indicado pelo respectivo contexto.

Índice, títulos e cabeçalhos

O índice e os títulos de qualquer capítulo, cláusula, subcláusula, item, parágrafo ou subparágrafo contidos neste Plano são para fins de referência apenas e não afetam, de nenhuma forma, o sentido ou interpretação do presente Plano.

* * *